

Relatório desmistifica remessa de lucro

As remessas de lucros e dividendos de empresas estrangeiras no Brasil foram de US\$ 9,6 milhões entre 1947 a 1986, ou seja, 39 anos. Em contrapartida, em um único ano, o de 1985, o Brasil pagou nada menos que US\$ 11,238 milhões de juros sobre sua dívida externa.

Os dados estão registrados no Banco Central e foram catalogados pela Câmara de Comércio Britânica de São Paulo, com o claro objetivo de demonstrar o grande interesse que o Brasil teria em transformar sua dívida externa em capital de risco e ainda "como a vinda do capital estrangeiro seria altamente benéfica para o País".

Este relatório, sintetizado em um livro, "Capital Estrangeiro & Brasil", do economista Robert Appy, membro do Conselho de Política Econômica e Social da Confederação Nacional da Indústria (CNI), demonstra que, se em 1951, as remessas de lucros e dividendos representaram 22,3% do estoque de capital do ano anterior, a partir da década de 60, elas se tornaram mais reduzidas,

ficando entre 2% a 5%, quando a lei vigente autoriza 12%.

De acordo com o trabalho, os reinvestimentos chegam a superar as remessas de lucros em vários anos. "No entanto, diz o relatório, é incontestável que, a partir de 1985, registra-se uma deterioração". Mesmo em 1986, quando a saída de capital foi muito grande, ainda assim a remessa de juros e dividendos foi de US\$ 1,278 bilhão, enquanto o pagamento dos juros da dívida externa chegou a US\$ 10,055 bilhões.

Esta remessa, segundo consta no livro de Appy, equivale a 4,87% do estoque de capital existente em junho do ano passado. O economista revela que, apesar de alto, este valor, se aplicado à taxa da **libor** (taxa londrina) no exterior, teriam obtido um rendimento de US\$ 2,06 bilhões, à taxa de 7,86%.

Estes números demonstram que o argumento, ensaiado por alguns setores da economia, de que a conversão da dívida em investimento promoveria uma saída líquida de recursos (sob forma de lucros e divi-

dendos), neutralizando a entrada destes investimentos no País, não é válido. O fato é que, se há desenvolvimento, observa o relatório, as multinacionais preferem reinvestir do que remeter os dólares para a matriz. Em 1983, o reinvestiementno no País foi de US\$ 694 milhões, contra um resultado de apenas US\$ 200 milhões no primeiro semestre do ano passado, que registrou a maior saída líquida de recursos desde a Segunda Guerra Mundial.

Com relação ao argumento de que as remessas de capital estrangeiro devem levar em conta o subfaturamento nas exportações, o sobrefaturamentonas importações e as receitas destinadas aos **royalties**, Appy responde que "a Cacex exerce um controle rigoroso sobre os preços dos produtos importados e exportados, que torna muito difícil qualquer fraude. Não podemos esquecer que as empresas estrangeiras não constituem um cartel e estão concorrendo entre si. Quando uma filial importa da matriz insumos, muitas vezes o faz com financiamentos de prazo mé-

dio, que dificilmente obteria sem essa intervenção".

O capital estrangeiro no Brasil vem dando preferência à indústria de transformação, que absorve 75% do total de investimentos. Os serviços, excluídos os de utilidade pública, ocupam o segundo lugar com 19%. A participação do capital estrangeiro no setor primário (agropecuária e pesca) é praticamente insignificante.

O curioso é que o Brasil também pode ser considerado um investidor no estrangeiro. Os dados do Banco Central revelam que, de 1967 a 1985, o estoque de capital brasileiro fora de suas fronteiras é de US\$ 2,188 bilhões, ou seja um montante equivalente aos investimentos estrangeiros que a Itália possuía em 1967, compara Appy. Segundo ele, 1982 foi o ano em que o Brasil realizou o maior volume de investimentos no exterior, equivalentes a 43% do total de investimentos feitos pelos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo. De certa forma, o Brasil atuava como os Estados Unidos entre as Nações em desenvolvimento.